


REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
(Unidade-Disciplina-Trabalho)
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, COMÉRCIO E ECONOMIA AZUL
DIRECÇÃO GERAL DO PLANEAMENTO

**SÍNTESE BALANÇO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA
NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA (ENRP II)
(2012-2016)**

Índice

Introdução.....	3
II. Contexto macroeconómico	5
III. Principais resultados obtidos por domínio de cada eixo.....	8
Eixo I - Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação.....	8
Eixo II – Promoção de um crescimento económico integrado e sustentável.....	13
Eixo III - Desenvolvimento de capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos.....	33
Eixo IV - Reforço da coesão e protecção social.....	40
IV. Mecanismo de Implementação, Seguimento e Avaliação	45
V. Conclusões.....	46
VI. Anexo	47
Anexo I: Medidas da ENRP II que não tiveram realização (2012 -2016).....	48

Introdução

A Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2016 (ENRP II) é resultado de um largo processo participativo, que procurou conciliar as aspirações dos santomenses e as diferentes opiniões das instituições públicas ao nível nacional, regional e distrital, bem como das organizações não-governamentais, dos parceiros técnicos e financeiros, do sector privado e da sociedade civil organizada.

Tendo assumido a visão a médio prazo, a ENRP II projecta fazer de São Tomé e Príncipe um país: (i) bem governado com instituições fortes e credíveis; (ii) com um ambiente favorável ao crescimento económico sustentável e integrado e à (re) distribuição de rendimentos; (iii) com recursos humanos bem formados e adequados aos desafios de desenvolvimento; (iv) e que valorize o património cultural e garanta a igualdade e oportunidade entre os géneros.

Partindo dessa visão a ENRP II 2012-2016, definiu os objectivos estratégicos gerais seguintes:

- Alcançar uma taxa de crescimento do PIB de pelo menos 6%, (criando condições para uma diversificação consistente da economia);
- Reduzir em 10% a percentagem da população santomense que vive na situação de pobreza, (promovendo iniciativas geradoras de rendimento, melhorando, por conseguinte, a sua capacidade produtiva);
- Conseguir que toda a população tenha acesso (facilitado e melhorado) aos serviços sociais básicos.

Os objectivos gerais definidos previam ser alcançados através do cumprimento de programas inscritos em cada um dos eixos estratégicos seguintes:

- Eixo I - Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação;
- Eixo II – Promoção de um crescimento económico integrado e sustentável;

- Eixo III- Desenvolvimento de capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos;
- Eixo IV - Reforço da coesão e protecção social.

Decorridos 5 anos da implementação da Estratégia, urge fazer um balanço resumido daquilo que foi a sua implementação durante o período 2012-2016.¹ É nesse contexto em que se inscreve o presente relatório, que encontra-se estruturado em 5 partes: i) Introdução ii) Contexto macro económico; iii) Principais resultados obtidos por domínio de cada eixo; iv) Conclusões; e Anexo.

¹ Considerando que o relatório foi elaborado no decorrer do exercício 2016 e não estando disponíveis dados de execução económica e financeira global referente a 2016, o contexto macroeconómico foi tratado com os dados até 2015 enquanto que os resultados da implementação física refletem o período 2012-2016.

II. Contexto macroeconómico

A segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-II), definiu o crescimento do PIB à médio prazo, de pelo menos 6 por cento anual, para promover o crescimento sustentado inclusivo e redução da pobreza. Contudo, a actividade económica tem vindo a crescer, em média ao longo dos últimos 3 anos, 2 pontos percentuais abaixo desse valor de referência, o que leva a conjecturar, que o Governo de São Tomé e Príncipe tem vindo a perder ao longo dos últimos anos, a sua margem fiscal para sustentar planos de despesas sociais direccionados especialmente aos grupos mais vulneráveis a pobreza, o que poderá ter efeitos adversos nos esforços já implementados conducentes a redução da pobreza.

A evolução da actividade económica observada em São Tomé e Príncipe ao longo de 2012, 2013, 2014 e de 2015 foi afectada pela excessiva exposição da economia nacional a evolução da conjuntura económica internacional, a dependência do recurso externo para o financiamento da atividade económica, e ao atraso na execução dos investimentos públicos resultado da aprovação tardia do OGE 2015. Desta feita, os desembolsos de donativos e dos empréstimos ficaram muito aquém do programado. Em consequência as despesas de investimento ficaram muito abaixo do programado, tendo em média, alcançado um nível de execução de 67%.

O Governo de São Tomé e Príncipe reconheceu que a redução dos índices de pobreza desde 2000 foi marginal e actualmente, estima-se que 62% da população é pobre. A pobreza urbana é alta comparada com a pobreza rural, o que se deve às limitadas oportunidades de emprego, em particular para os jovens. Um aspecto positivo a assinalar é que São Tomé e Príncipe tem um melhor desempenho em comparação à média da África Subariana no índice de Desenvolvimento Humano do PNUD e registou progressos significativos na melhoria de outros indicadores sociais embora tenha ainda uma taxa de desemprego de 13%. A taxa bruta de matrículas no ensino primário de 110%, uma esperança de vida de 66 anos, uma taxa de mortalidade de crianças até aos cinco anos de 51 por 1000 nados-vivos, acesso a uma fonte melhorada de água para 97% da população e acesso a electricidade para 60% da população. São

Tomé e Príncipe cumpriram os ODM 2015 relativos ao ensino primário universal, promoção da igualdade de género e capacitação das mulheres, melhoria da saúde materna e combate ao VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e outras doenças.

O regime de taxa fixa entre a dobra e o euro tem sido eficaz a contribuir para o abrandamento da cadência inflacionária santomense, a este respeito, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** apresenta a tendência de desinflação que se vem registando ao longo dos últimos anos. Apesar da elevada vulnerabilidade a flutuações de preços no mercado internacional, a inflação atingiu 10,4% em 2012, 7,1% em 2013, 6,4% em 2014 e 4% em 2015.

As reservas cambiais, enquanto elemento de suporte desse regime cambial situaram-se em patamares confortáveis, com saldo final em 2015, acima de 3 meses das importações.

O **défice primário** interno ficou em 3,3% do PIB em 2012, 3,1% em 2013, 3,5% do PIB em 2014 sendo percentagem acima do programado (3% do PIB), este aumento do défice primário interno deveu-se, sobretudo a deficiente arrecadação das receitas correntes que ficaram 10% abaixo do programado, para suportar as despesas correntes. Em 2015 verificou-se uma melhoria do **défice primário**, abaixo do valor programado, que se situou na ordem de 2,4% do PIB.

As **reservas internacionais** situaram-se em patamares confortáveis, com saldo no final dos anos de 2012 e 2013, acima de 3 meses das importações.

Ao longo dos anos de 2012 e 2013, o **défice comercial** acusaram reduções, quando comparado com o valor registado em 2011. Pois, este indicador, evoluiu de 42% do PIB em 2011, para uma média 35% em 2012 – 2013. Esta melhoria foi também constatada noutras componentes da balança de pagamentos. Os dados da Balança Comercial indicam um ligeiro agravamento do **défice comercial** em 2014, este indicador, evoluiu de 40% do PIB em 2013, para uma média 45% em 2014.

Em 2014, a **dívida externa pública** de São Tomé e Príncipe aumentou de 242. milhões dólares no final de 2014 para 274 milhões em 2015, devido sobretudo ao desembolso do empréstimo de Angola, no montante de 40 milhões de dólares), mas continuou a muito abaixo do pico de 359 milhões verificado antes de alívio da dívida, no final de 2006.

A composição da dívida mudou após o ponto de conclusão HIPC. A participação da dívida multilateral caiu de quase 60% antes do ponto de conclusão para 19%. Angola é o principal credor bilateral do país, e o maior credor multilateral é a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), do Banco Mundial.

III. Principais resultados obtidos por domínio de cada eixo:

As realizações dos programas dos eixos refletem o esforço feito pelo Governo com o apoio dos parceiros de desenvolvimento no cumprimento daquilo que foi programado para melhoria das condições de vida da população.

- **Eixo I - Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação:** Visa sobretudo reforçar a boa governação, pelo que os programas inscritos circunscrevem-se nos domínios Administração Pública, Defesa Nacional e Mar, Segurança Pública, Justiça, Finanças Públicas, Comunicação social, Poder Local, entre outros. Dos quais se destacam os seguintes resultados:

Administração Pública

1. Reforçada a capacidade institucional da Assembleia Nacional, de forma a melhorar o seu desempenho;
2. Realizadas sessões de capacitação técnica em diferentes domínios tais como Planeamento estratégico, estatística sectorial (emprego, desemprego, justiça e segurança pública), Ciclo de políticas e investimentos Públicos, visando melhorar o desempenho dos servidores da Função Pública;
3. Deu-se início o processo de informatização dos serviços do Estado (com a instalação do Cabo Submarino estabeleceu-se o G-net e encontram-se em cursos a informatização do Serviço de Registo Civil e Notariado, Serviço de Migração e Fronteira e outros);
4. Adquiridos equipamentos informáticos para informatizar os serviços do Estado;
5. Criado um novo aplicativo informático para gestão dos recursos humanos da Administração pública;
6. Revisto o Estatuto da Função Pública encontrando-se na fase de aprovação;
7. Aprovada a Lei de base do Sistema Nacional do Planeamento e sua orgânica que vai organizar o planeamento nacional;
8. Criados os Serviços de Estudos de Planeamentos Ministeriais;

9. Criado o serviço informático para programação, monitoria e avaliação de políticas públicas;
10. Revista a Lei eleitoral, actualizado o caderno eleitoral e realizadas as eleições Autárquicas e Regionais, Legislativas e Presidenciais tendo contribuído para uma eleição justa e transparente;
11. Capacitados os Juízes conselheiros para resolução de conflitos e contencioso eleitoral e realização do estudo sobre a participação nas eleições, em particular das mulheres;
12. Desenvolvida uma base de dados para a redução/eliminação dos riscos de fraudes com vista a uma eleição mais transparente.

Defesa Nacional e Mar

1. Reabilitado os edifícios dos comandos distritais e regionais visando descentralizar os serviços das unidades militares para preservação da integridade territorial;
2. Realizado o exercício Felino no âmbito de operações de paz e assistência humanitária;
3. Capacitadas as forças militares e paramilitares fruto da assinatura do protocolo de cooperação técnico – militar com Portugal, EUA e Brasil;
4. Realizadas acções de formação e sensibilização visando a implementação do mecanismo de controlo efectivo de armas e munições;
5. Realizada a manutenção dos faróis na orla costeira visando a vigilância, controlo e protecção e da orla costeira.

Segurança Pública

Visando garantir uma polícia de proximidade às populações para o reforço da segurança das pessoas e bens e desta forma garantir a tranquilidade e ordem pública foram:

1. Implementado um plano de segurança conjunto;
2. Equipados e capacitados os agentes policiais;
3. Construída e reabilitadas as esquadras de polícias distritais e regional;

4. Renovado o parque de automóvel dos serviços de bombeiros, policias e militares;
5. Equipados os agentes policiais com fardamentos.

Justiça

1. Revista a lei nº8/99 de Prestação de contas visando a atualização e adopção do quadro legislativo santomense à realidade actual;

Visando melhorar a organização e a funcionalidade dos tribunais e órgãos adjacentes de forma a obter-se uma justiça credível, eficaz e acessível ao público foram:

1. Elaborada a lei orgânica, regulamentos, normas e procedimentos da PIC;
2. Realizadas acções de formação e capacitação dos recursos humanos dos tribunais;
3. Reabilitado os tribunais de Lembá e da Região Autónoma de Príncipe;
4. Instalada uma base de dados Jurídica Legis-Palop;
5. Equipados e fardados os recursos humanos dos Serviços Prisionais e PIC;
6. Dotados os Juízes e Magistrados de meios rolantes.

Finanças Públicas

1. No quadro reforço do mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro foram:
 - Elaborada e encontra-se em fase de implementação a Lei nº 8/2013 - Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo (CBC/FT);
 - Reforçada a capacidade técnica dos quadros da unidade do mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro no domínio de Informação Financeira;

- Assinado o Memorando de Entendimento, no domínio de trocas de informações financeiras com as UIFs congéneres, visando melhorar os mecanismos de coordenação e de cooperação nacional e internacional.
2. No que concerne a garantia da eficácia e a transparência na utilização dos recursos foi:
- Realizado o estudo sobre o ponto de situação do Sistema Electrónico da Administração Financeira do Estado (SAFE);
 - Reforçada a capacidade dos órgãos de administração financeira do Estado no domínio de transparência das informações para análise e tomada de decisão;
 - Descentralizado o Sistema Electrónico da Administração Financeira do Estado.
3. Relativamente à promoção de responsabilidade e prestação periódica de contas nos serviços de cobrança e receitas do estado:
- Reforçada a capacidade aduaneira na arrecadação de receitas;
 - Alargamento da base tributária através de utilização de critérios aceite internacionalmente no tocante a definição do valor aduaneiro;
 - Integrada as receitas da Direção do Registo e Notariado na conta única do tesouro;
 - Elaborado o estudo para definição do tipo do IVA, taxa e limiar de tributação;
 - Elaboradas diversas propostas de leis que se encontram no processo de promulgação.
 - Criado os mecanismos legais para a tributação de novos contribuintes.
4. No domínio da eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento foram:
- Elaborado e aprovado a Lei n.º 1/2013, de 17 de Janeiro – Lei-Quadro da Dívida.
 - Desenvolvido o Sistema Integrado de Seguimento de Ajuda (SISA);
 - Elaborada a Agenda de Transformação no horizonte 2030 visando alinhar os APD às prioridades de desenvolvimento nacional e realizada a Conferência

Internacional dos Parceiros de Desenvolvimento para mobilização dos recursos e atracção de investimentos privados (STPin London).

Comunicação Social

1. Reactivado o Conselho Superior de Imprensa e Sindicato dos Jornalistas;
2. Elaborada a proposta do estatuto de jornalistas e profissionais de comunicação social com vista à melhorar o quadro legislativo regulamentar e profissão jornalística;
3. Com vista a promover uma maior proximidade e participação das populações no processo de desenvolvimento foram criadas várias rádios comunitárias (Rádio Lobata, Rádio yogo e Rádio Tlaxá);
4. Criados programas na língua nacional abordando diversos temas educativos e de sensibilização na rádio e televisão;
5. Adquirido equipamentos para o centro retransmissor de Macambará que permitiu melhor a cobertura de transmissão da TVS para zona sul da ilha do São Tomé;
6. Concluída a 1ª fase das obras de construção do auditório da Rádio Nacional.

Poder Local

1. Reactivada a Associação das Autarquias;
2. Realizada acções de formação e capacitação dos líderes e quadros autárquicos, visando dotá-los de conhecimentos e técnicas de Administração local.

Sociedade civil

1. Esforços têm sido feitos no sentido de promover uma maior participação e envolvimento da sociedade civil organizada, tanto no processo de elaboração de instrumentos jurídicos, como de políticas e sua implementação, seguimento e avaliação;
2. Participação da Sociedade Civil no Fórum Nacional e Orçamento cidadão com objectivo de melhorar o diálogo com a sociedade civil.

Eixo II – Promoção de um crescimento económico integrado e sustentável visa promover um crescimento através do relançamento do sector produtivo e atracção do investimento directo estrangeiro capaz de gerar emprego e rendimento e, consequentemente, reduzir os índices da pobreza nacional. Assim sendo, as realizações durante o ciclo incidiram particularmente nos domínios da agricultura, pecuária, pescas, turismo, sector privado, comércio, indústria, ambiente, infraestruturas económicas, telecomunicações e habitação.

Agricultura

1. Visando aumentar a produção e diversificação de culturas alimentares e de subsistência para o consumo interno e a garantia da segurança alimentar e nutricional das populações foram obtidos os seguintes resultados:
 - Criadas as delegações regionais da agricultura descentralizando assim os serviços para melhor facultar o apoio aos agricultores nomeadamente Delegação Regional Centro Sediada em CATAP – Mé-zochi; Delegação Regional Centro Norte Sediada em Santa Luzia – Lobata; Delegação Regional Centro Sul Sediada em Santana- Cantagalo; Delegação Regional Sul Sediada em Angolares – Cauê e Delegação Regional Norte Sediada em Neves – Lembá
 - Capacitados extensionistas e produtores em técnicas de gestão agrícola;
 - Intercâmbio técnico dos quadros do Ministério de agricultura, e agricultores de diversas comunidades de São Tomé e Príncipe com os seus homólogos Cabo-verdianos e camaroneses através de visitas de estudos à Cabo Verde e Camarões para troca de experiência técnica nas culturas de cacau, pimenta, propagação vegetativa da banana e outros;
 - Apetrechados armazéns em todas as Delegações regionais com factores de produção indispensáveis para a produção agrícola destinados a venda aos agricultores;
 - Distribuídos kits e equipamentos para produtores de culturas alimentares;
 - Subvencionado os preços dos factores de produção.

2. No que tange a transformação e conservação dos produtos agrícolas foram:
- Reabilitadas mais de uma dezena de unidades de transformação de produtos;
 - Adquiridas e instaladas câmaras frias para culturas alimentares e frutícola na Base Experimental do Centro de Investigação Agronómico e Tecnológica (CIAT) e um grupo de gerador eléctrico para a conservação de produtos.

No que concerne à comercialização dos produtos agrícolas foram:

- Construídos um centro de recolha de produtos agro-alimentares com vista à comercialização;
- Construídos 2 mercados nos distritos de Água Grande e Lembá (Penha e Neves) e reabilitado 1 no distrito de Cantagalo (Santana);
- Realizadas feiras agrícolas nas datas pontuais e institucionalizada uma feira quinzenal com vista a promover os produtos agro-alimentares produzidos e contribuir para o aumento do rendimento dos pequenos e médios agricultores e redução da perda do excedente da produção.

3. Relativamente ao controlo e combate do roubo nas propriedades agrícolas foi:

- Criada uma polícia local nas comunidades para debelar o flagelo, mas carecem de meios para o pleno funcionamento.

4. No que tange à melhoria da qualidade dos produtos e dos seus derivados foram:

- Distribuídos aos pequenos agricultores variedades melhoradas de plantas/estacas de mandiocas, matabala e batata-doce;
- Distribuídas e semeadas sementes de milho e soja aos produtores nas comunidades agrícolas.

5. Relativamente a construção e reabilitação das infraestruturas de apoio à produção foram:

- Reabilitados sistemas de irrigação nas comunidades de Pinheira, Rio Lima, Canavial, Mesquita e Bom Sucesso;

- Reabilitados 3 abrigos que servem de apoio para produção de viveiros com a finalidade de fornecer materiais vegetais;
 - Construídas e reabilitadas mais 14 km de pistas rurais nas comunidades de Caldeiras à Boa Esperança, Milagrosa à Quinta das Flores, Ponta das Palmeiras à Santo António, Praia Campanha e S. José à S. Carlos.
6. Relativamente à investigação e acompanhamento científico das culturas foi:
- Reforçada a capacidade institucional do Centro de Investigação, Agronómica Tecnológica (CIAT) em termos de equipamentos e capacitação técnica.
7. Em termo de legitimar o direito de propriedade de terra aos agricultores foi :
- Concedido título de posse de terra a mais 100 agricultores.
8. Relativamente à Cultura de exportação com o intuito aumentar a produção e produtividade foram :
- Produzidas mais de 25.000 mudas de cacau, 20.000 de café, 7.132 pimenta e distribuídas para redensificação na parcelas dos agricultores;
 - Apoio a tratamento fitossanitário a mais de 160 hectares de cafezal e mais de 1400 hectares de cacau convencional;
 - Formação e capacitação dos agricultores de cacau convencional e biológico, café biológico e pimenta;
 - Construção de secador solar para a Cooperativa de Exportação de Café Biológico (CECAFEB).

Pecuária

No que tange ao aumento da produção e a produtividade dos efeitos pecuários, e consequentemente melhoria da qualidade da dieta alimentar dos santomenses foram obtidos os seguintes resultados:

1. Reforçada a capacidade institucional da Direção de Pecuária (DP):
 - Reabilitado e equipado o edifício da Direcção da Pecuária e o Serviço de Inspeção veterinária visando o desenvolvimento do subsector;

- Reabilitado e equipado o Laboratório de Pecuária e o matadouro de S. Tomé e do Príncipe;
 - Capacitados os recursos humanos (prestadores de serviços veterinários e pecuários, carnicheiros e magarefes em técnicas modernas de abate, corte e transformação de carne fresca);
2. Quanto ao apoio técnico aos criadores relativamente à aquisição, produção e comercialização de todos os produtos pecuários e insumos zootécnicos e veterinários foram:
- Adquiridos tractores para o Centro de Nova Olinda;
 - Capacitados 26 membros da cooperativas (Cão Grande de Porto Alegre e associação Andji-muala) em técnicas de criação de animal, associativismo/cooperativismo e agro-negócios;
 - Importados ovos para produção de frangos de carne e pintos para galinhas de campo;
 - Importada cabeça de gado bovino, suíno e coelho;
 - Capacitação técnica de 115 criadores de gado, bovino e ovino em melhores práticas para dar resposta ao problemas zoonosológicos.
3. Em termos de promoção e vulgarização das técnicas de criação de animais através de microcréditos foram:
- Beneficiados mais 400 criadores com microcréditos especiais na modalidade de distribuição de animais reprodutores importados com intuito de promover a produção e vulgarizar as técnicas de criação.
 - Formadas e capacitadas mulheres criadoras nas comunidades rurais em técnicas de produção de suínos e enchidos, tendo com resultado em 2014 uma produção de 3.000 kg visando estimular a pecuária familiar e fixação das populações no meio rural.
4. Em termos de matéria prima para o fabrico de ração foi:
- Desenvolvida uma fórmula de ração para suínos em modo experimental.

5. De forma a melhoria da qualidade da produção animal foram:

- Prestada assistência aos criadores no que concerne à cuidados zoonosológicos e veterinários
- Realizados inquéritos epidemiológicos dos ectoparasitas e endoparasitas (análise coprológicas das fezes) aos animais suínos, caprinos e bovinos;
- Adquiridos e colocados à disposição dos criadores lotes de produtos farmacêuticos e veterinários à disposição dos criadores em diferentes delegações regionais;
- Construído um centro de reprodução de suínos em Nova Olinda como centro de pesquisas para o desenvolvimento pecuário;
- Adquiridas algumas incubadoras para produção de pintos.

Pesca

No que concerne ao aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado foram:

1. Reforçadas as capacidades técnicas e institucional da Direcção das Pescas:
 - Capacitados quadros da Direcção das Pescas em vários domínios principalmente na identificação e caracterização das espécies e dados estatísticos;
 - Reforçado o sistema de estatística de pesca e feita recolha contínua de dados de captura nos principais pontos de desembarque pelos inquiridos;
 - Concluído a reabilitação do Laboratório de análise e controlo de qualidade dos produtos de pesca e equipados equipamentos para uma melhor prestação do serviço;
 - Construído novo edifício da Direcção Geral das Pescas;
 - Instalado SPLITS para tornar o Laboratório de análise mais operacional ;
 - Construído novo edifício da Direcção Geral das Pescas;
 - Validado a proposta de decreto-lei sobre VMS estabelecendo assim o quadro legislativo para o seguimento e controlo das pescas;
 - Elaborados e, em fase de aprovação, vários normativos do sector das pescas;

2. No âmbito de fomento da produção do pescado através da pesca artesanal e semi – industrial:
 - Criada e reorganizadas associações de pescadores e palaiês nas comunidades piscatórias do país,;
 - Foram formadas e capacitadas grupos de palaiês nos domínios de gestão de pequenos negócios, boas práticas de manuseamento do pescado e higiene, conservação e transformação;
 - Instalado dispositivos de concentração do pescado;
 - Distribuídos materiais e apetrechos de pesca aos pescadores através de associações de pescadores;
 - Adquiridas e instaladas câmaras de conservação do pescado para pescadores e palaiês;
 - Distribuídos diversos materiais designadamente GPS, Bússolas, Coletes de salva-vida, entre outros com vista à protecção dos pescadores;
 - Construídas embarcações melhoradas a base de fibras e canoas praos;
 - Adquiridos e distribuídos motores de pesca fora do bordo.
3. Visando melhorar a rede de abastecimento dos factores de produção e aplicar políticas de micro finanças foi:
 - Atribuído créditos em forma de material (canoas prao e botes) aos pescadores;
 - Concedido micro créditos solidários a mais de 1100 palaiês de todo país.

Segurança Alimentar

1. Elaborado o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (P.N.S.A.N.) em 2012 para um período de 10 anos que define a Política Nacional do mesmo. Com base nesse documento estão em curso vários projectos, designadamente Projecto de Reabilitação de Infraestruras de Apoio à Segurança Alimentar (PRIASA), Produtos Florestais Não Lenhosos (PFNL),

- Projecto de Apoio à Pequena Agricultura Comercial (PAPAC) que envolvem participação do Governo, ONG's, Associações dos agricultores e comunidades;
2. Elaborado o Plano Nacional de Investimento Agrícola, Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2020;
 3. Realizados estudos sobre a Fileira de banana - pão e matabala;
 4. Diagnóstico sobre a situação dos transformadores (produção, infraestruturas e equipamentos) e criada a rede dos transformadores;
 5. Elaborados Spots de sensibilização na comunicação social dirigido à população sobre o valor nutritivo de alguns alimentos e a necessidade do seu consumo;
 6. Formação dos técnicos da Direcção de Indústria e transformadores agro-industriais no domínio de Tecnologias Agroalimentares;
 7. Criado o Comité de Pilotagem Regional e de Pilotagem Nacional;
 8. Realizado o seminário de informação e sensibilização do Programa Regional de Harmonização das Indústrias (PRMN);
 9. Concessão de oito licenças e três alvarás para actividades industriais.

Ambiente

Neste domínio foram previstos dois programas: Promoção de um ambiente saudável e utilização racional dos recursos naturais e Integração das questões relativas as alterações climáticas nas políticas do país. As realizações dos mesmos tiveram como resultados:

1. **Visando a protecção e conservação dos ecossistemas foram:**
 - Elaborado e aprovado Decreto – Lei sobre a Caça e a Lei de conservação das Tartarugas Marinhas;
 - Feito o inventário com apoio de Bierd Life Internacional das espécies ameaçadas (Angoló, Picanço e Galinholo) visando conhecer a sua situação;
 - Atualizadas a lei das Florestas, Estratégia Nacional sobre a Biodiversidade e o seu Plano de Ação (o plano define uma estratégia de protecção de 4 ecossistemas

nomeadamente , ecossistema marinho e costeiro, ecossistema de água interiores, ecossistemas de florestal e agrário);

- Criado um Sistema Nacional de Dados sobre a Biodiversidade para recolha, armazenamento, análise e partilha de informações relacionadas com a conservação da biodiversidade nas áreas protegidas e nas zonas tampão de STP;
- Realizadas campanhas de sensibilização para mudança de comportamento em matéria de preservação e conservação dos ecossistemas.

2. No que concerne a melhoria da rede de monitorização climática foram:

- Criado um sistema de estatística ambiental;
- Criado o observatório ambiental com objectivo de recolher e centralizar as informações ambientais;
- Criado web site da Direção Geral de Ambiente e capacitados os quadros técnicos de diferentes instituições, ONG's e Associações em matéria de mudanças climáticas, nomeadamente MRV (Medição, Reporte e Verificação); elaboração de inventários nacionais de emissão e remoção de gás sobre efeito estufa; acções nacionais apropriadas para mitigação (NAMAS);
- Instalados 24 estações Hidro-meteorológicas e capacitados os quadros tendo como resultado a previsão e comunicação de dados climáticos;
- Instalada uma estação marítima meteorológica com objectivo de dar a previsão da subida do nível do mar, das ondas e das correntes do mar, ou seja, facilitando conhecer a previsão do estado do tempo no mar;
- Elaborada uma estratégia de monitorização climática que contém alguns indicadores importantes tais como indicadores sobre inundações marítimas, indicadores de inundações fluviais, de inundações pluviais e de desaparecimento dos pescadores no alto mar;
- Criado o sistema MSN Frontline que permite enviar informações do tempo, sobre as catástrofes.

3. No que tange à implementação do plano de gestão dos Parques naturais Obô foram:

- Actualizado o Plano de Manejo e de Gestão do Parque Natural Obô;

- Elaborados mapas detalhados das cinco áreas de co-gestão (ZCG) nas zonas Tampão;
 - Delimitadas as áreas entre os parques naturais e suas respetivas zonas tampão.
4. Relativamente a implementação das acções de conformidade com as convenções internacionais foram:
- Feito o levantamento das zonas suscetíveis de erosão e as suas causas (no quadro da convenção de Desertificação do solo);
 - Elaborada e publicada a Segunda Comunicação Nacional sobre Mudanças Climáticas, encontrando-se em curso o processo para elaboração da 3ª Comunicação;
 - Actualizada a Estratégia Nacional de Resposta às Catástrofes;
 - Criada o Conselho Nacional de Preparação e Resposta às Catástrofes (CONPREC) que coordena e segue a implementação da Estratégia de resposta às catástrofes e ao plano de Contingência Nacional 2016-2018;
 - Realizados os estudos climáticos com objetivo de fazer compreender os riscos climáticos e as vulnerabilidades;
 - Elaborado o plano de preparação para o Redução das Emissões de Desflorestação e Degradação da Floresta (REDD+);
 - Construídos centrais de biogás em 3 comunidades rurais Mendes da Silva (Cantagalo), Santa Geny (Lembá) e Novo Destino (Mé-zochi) como projecto piloto, que consiste em transformar os resíduos em biogás para ser usado nos fogões da cozinha sendo beneficiada cerca de 10 pessoas por comunidade. Tendo em conta os resultados satisfatórios o projecto tem a previsão de ampliar o numero de beneficiários.
5. No que concerne à integração da dimensão das mudanças climáticas nos planos e estratégias sectoriais foram:
- Criada uma Comissão Nacional das Mudanças Climáticas através do Decreto – Lei nº 13/2012 através do diário da Republica nº 81;

- Realizadas sessões de formação, capacitação, advocacia e sensibilização para diferentes sectores no domínio das mudanças climáticas.
No domínio de formação e capacitação, realizada em média 3 formações anuais de 30 às 40 participantes cada para todos os sectores da vida nacional;
Relativamente à advocacia foram realizadas junto aos deputados para análise de integração nos programas do governo e Orçamento;
Participação do país, a nível do chefe do Governo e a equipa técnica do país ligada as mudanças climáticas, na Cimeira da COP 22;
Realizada feira sobre Mudanças climáticas com o intuito de sensibilizar a população sobre os efeitos nefastos das mudanças climáticas e estratégia de adaptação e mitigação.
6. No âmbito da criação de competências e conhecimentos relativos a importância das mudanças climáticas no processo de desenvolvimento sustentável do país foram criadas:
- Criadas 23 comités de gestão de risco em 23 comunidades a nível nacional contendo 12 elementos por cada comité.
 - Formados os membros dos comités em diferentes domínios tais como: identificação de riscos climáticos para cada comunidade; Intervenção de resposta para cada comunidade; como lidar com os diferentes membros da comunidade; Identificação dos lugares seguros no caso de catástrofe e os primeiros socorros que devem ser dado aos membros da comunidade; Como manter as infraestruturas de adaptação as mudanças climáticas em cada comunidade.
 - Formados e capacitados no domínio de vulnerabilidade das comunidades rurais aos técnicos de Guarda Costeira, Florestas e Capitania;
 - Formados e capacitados 1573 pescadores no domínio de segurança marítima e fornecidos materiais de segurança aos mesmos de forma a fazer uma pesca mais segura;

- Intercâmbio entre as comunidades para troca de experiência de como lidar com as situações de fenómenos extremos (chuvas fortes, inundações e entrada no mar).

Sector Privado

1. As realizações neste domínio contribuíram para:
 - Reforçar as capacidades dos membros da Camara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS) no domínio de empresariado feminino;
 - Elaboração do estudo sobre o Diagnóstico da estrutura de funcionamento da CCIAS;
 - Capacitação formadores em gestão de negócios;
 - Criação do site da CCIAS;
 - Realização do Fórum da União dos Exportadores da CPLP;
 - Elaboração do estudo sobre o Diagnóstico da estrutura de funcionamento da CCIAS;
 - Redução do tempo para emissão de licenças, alvarás e certificados comerciais para um prazo máximo de 48 horas no distrito de Água Grande e 24 horas nos demais distritos.
2. A fim de estimular a criação e implantação de empresas foram:
 - Aprovado e adoptado o Código de Benefício Fiscal como complemento do Código de Investimento (2007);
 - Criado a Agência de Promoção do Comércio e Investimento – APCI;
 - Dinamizado o Guiché Único.

Turismo

1. A fim de valorizar o turismo, as acções realizadas deram como resultado:
 - Lei de base do Turismo elaborada, aprovada e em fase de publicação;
 - Eliminação de visto de entrada no país para permanência no período igual ou inferior a 15 dias;
 - Sistema eletrónico de atribuição de visto criado e em funcionamento;

- Requalificado e revitalizado o sítio de Anambó;
- Capacidade institucional do sector reforçada e equipada com materiais informáticos;
- Quatro sessões de formação para mais de 400 agentes turísticos no domínio de Atendimento e relações públicas, Técnicas de guia de turistas, Marketing turístico inglês para guias turísticos e francês;
- Requalificado e revitalizado o sítio turístico de Anambó;
- Património cultural e imaterial inventariado.

Comércio

1. Visando a inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral foram:
 - Criada a Comissão Nacional de Negociação Comercial através do Decreto nº 27/2012;
 - Desenvolvido o processo de negociação do Acordo de Parceria Económica (APE);
 - Promovidas acções para criação da zona de livre comércio na Comunidade Económica dos Estado da África Central (CEEAC);
 - Elaborado e submetido à aprovação, um pacote legislativo composto por: Lei sobre regime jurídico dos preços de bens e serviços; Lei sobre sanidade vegetal; Lei sobre Comércio Eletrónico e Assinatura Digital; Lei sobre Actividade Comerciais; Lei sobre Parceria Pública-privada, Código comercial e a Lei sobre a Propriedade Intelectual. No entanto, apenas o Código das Sociedades Comerciais foi aprovado;
 - Actualizado o Memorando sobre o Regime do Comércio Exterior de STP permitindo que o país disponha de um documento sobre as informações mais recentes sobre o sector do comércio;
 - Actualizado do Estudo de Diagnóstico de Integração do Comércio (EDIC) que fornece medidas e as orientações de integração do comércio;
 - Elaborado a Estratégia para o sector do comércio 2015-2025;

- Subvenção pelo Governo do custo de transportes marítimos para a RAP a fim de reduzir o preço dos produtos na RAP;
- Reabilitado o edifício que funciona as Direcções do Comércio e Indústria permitindo assim melhores condições de trabalho.

Indústria

- Elaborada a proposta de decretos-lei sobre: Normalização dos produtos e serviços e Taxas industriais;
- Realizada várias sessões de trabalho entre a Direcção de indústria e os representantes das câmaras distritais e realizado seminários de sensibilização juntos às câmaras distritais com objectivo de dotar as mesmas de conhecimentos que lhes permitem um melhor acompanhamento das unidades industriais;
- Elaborado e validação do Plano Nacional da Propriedade Intelectual (PNPI) 2014-2018;
- Assinatura do contrato de execução da TISC entre Sistema Nacional de Propriedade Intelectual (SENAPI) e Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI);
- Feita a adesão de STP à Organização Regional Africana de Propriedade Intelectual (ARIPO);
- Realizadas sessões de formações em matéria da Propriedade intelectual, transformação, quadro jurídico entre outros, os técnicos da Direcção da Indústria e alguns empreendedores industriais;
- Assinatura do protocolo com a Direcção Geral da Cultura (DGC) no quadro da implementação do serviço de Direitos do autor e realizada visita de estudo ao exterior dos técnicos da Direcção da Indústria/SENAPI e DGC;
- Implementação do Decreto – lei nº 15/2012 para atribuição das licenças e alvarás, criada a base de dados e o site do SENAPI.
- Realizado o estudo sobre a situação das Pequenas e Médias Empresa (PME) de transformação dos produtos agro-industrial e da pesca;

- Realização de experiência de cadastramento por GPS com vista a criar uma base de dados actualizada sobre as indústrias existentes com a colaboração com Instituto Nacional de Estatística (INE);
 - Análise formal à 8 Desenhos e Modelos Industriais; efectuada 3 buscas, registadas 35 marcas nacionais, 357 marcas internacionais e 10 Desenho industriais; foram passados 151 títulos;
 - Elaborado o primeiro boletim 2015 que espelha dados e informações sobre propriedade intelectual;
 - Formação interna dos elementos do Centro de Apoio à Tecnologia e Inovação (CATI) sobre o Sistema de Utilização da base de dados internacionais.
 - Realizado estudo para criação do Fundo de Fomento Agro – Industrial (FFAI) e elaborada a proposta do regulamento do mesmo;
 - Elaborada a proposta do Decreto-Lei sobre Indicação Geográfica (IG) e Denominação de Origem (DO) dos produtos ou serviços de São Tomé e Príncipe e Cadernos de especificações dos produtos identificados.
2. Quanto à transformação de produtos locais agro-industriais registou-se o seguinte:
- Formação dos técnicos da Direcção de Indústria e transformadores agro-industriais no domínio de Tecnologias Agroalimentares;
 - Criação do Comité de Pilotagem Regional e do Comité de Pilotagem Nacional;
 - Realização do seminário de informação e sensibilização do Programa Regional de Harmonização das Indústrias (PRMN);
 - Concessão de oito licenças e três alvarás para actividades industriais.
3. Relativamente ao desenvolvimento industrial petrolífero foram:
- Foi aprovado o novo Estatuto da Agencia Nacional do Petróleo (ANP) de forma a dotar a Agência Nacional de Petróleo de instrumentos legais mais adequados;
 - Realizadas várias acções para assegurar os interesses nacionais na zona de Desenvolvimento Conjunto nomeadamente:
 - Assinatura do Contrato de Partilha de produção (CPP);
 - Assinatura acordo com Acordo de Operações Conjuntas (JOA) ;

- Reformulado o web site da ANP com o novo layout;
- Capacitados quadros da ANP no domínio de assistência técnica e institucional;
- Workshop e seminários direccionados à classe académica, órgão estatais e sociedade civil com a finalidade de informar e esclarecer sobre o desenvolvimento da indústria petrolífera em STP;
- Realizada demarches jurídica-administrativa para aquisição sísmica 3D no quadro da CPP da Zona de Exploração Exclusiva (ZEE);
- Aprovação do regime legal aplicável à autorização de prospecção;

Infraestruturas de transporte rodoviário

1. No que concerne à melhoria das condições operacionais das estradas foram:
 - Feitas manutenções de 807,8 km de estradas nacionais, secundárias e terciárias com bermas e dispositivos de drenagem (valas e aquedutos) saneados (limpos) pelo GIME;
 - Reabilitados mais de 45 km da estrada em pavimento com mistura betuminosa a quente;
 - Elaborado o Plano de mobilidade rodoviária.

Infraestrutura de transporte Marítimo

Houve algumas realizações mas o sector não disponibilizou informações.

Modernização e expansão aeroportuária

1. Relativamente a melhoria das infraestruturas de acolhimento e manobra das aeronaves de maiores pontes, foram
 - Melhorada a iluminação da pista e arredores, tendo sido substituídas todas as lâmpadas e cabos eléctricos com o objectivo de proporcionar segurança à navegação aérea nas áreas aeroportuárias e à população;
 - Alargado e tornado mais operacional o terminal de passageiro;

- Apetrechado com mais de 200 carrinhos de bagagens e equipamento de raio X para o rastreio de bagagem visando a melhoria da qualidade dos serviços aos utentes;
- Adquirido carro de bombeiro e ambulância;
- Instalado um centro de controlo de navegação aérea e apetrechado com equipamentos de comunicação com vista a melhorar a comunicação e a navegação;
- Capacitados nove controladores de tráfego aéreos no domínio de línguas (de inglês 4) para dar melhor resposta as exigência necessárias;
- Reforço de capacidade de 16 técnicos no domínio de segurança aeroportuária, operações, electrónica e electricidade;
- Construída uma nova pista de raiz na Região Autónoma do Príncipe com 1.750 metros.

Energia

Na perspectiva de assegurar 80% da cobertura nacional de fornecimento de energia eléctrica foi:

1. Aumentada a capacidade de produção energética através de :
 - Extensão da rede de média tensão (30 KV) e de baixa tensão e construída os postos de transformação;
 - Aumento de 4 MW de capacidade instalada de produção de energia na Central de Bobô-Fôrro II;
 - Instalado três grupos de geradores na Central de Santo Amaro II;
 - Expansão da rede de transporte e electrificação da Zona Norte (Distrito de Lembá) e da Zona Sul (Distritos de Cantagalo e Caué);
 - Alterada a rede de 6KV para 30KV na linha de Gué Gue;
 - Extensão das redes eléctricas de transporte em média tensão à 30 KV e de distribuição em Baixa Tensão, construída de PT's e electrificada as zonas de Malanza, Uba-Budo, Canavial, Ribeira Palma, Ribeira Funda, Mateus Angolares, Santarém, Laranjeira, Ilhéu-Batelo, Quinta Verde e Santa Clara.

2. Melhorada e expandida os serviços de energia junto às populações através de:
 - Construída uma linha de transporte da Central S. Amaro, P24 a subestação Victor Furtuoso;
 - Melhoria da rede de distribuição em 16 Aglomerados populacionais em S. Tomé.
3. Reforçada a capacidade institucional visando melhorar conhecimento sobre energias de baixo custo (energias renováveis), foi:
 - Seminário sobre a boa governação das energias renováveis em parceria com Cabo Verde e ilhas Canárias; abordagens sobre o relatório nacional do estado do lugar das energias renováveis; Abordagens sobre a organização Junto à EMAE e realizado o Workshop Informação sobre o uso de equipamentos eléctricos e o consumo de energia eléctrica.
4. Relativamente a organização e a regulamentação do Sector Eléctrico Nacional:
 - Foi criado o Decreto-Lei nº 26/2014 de 31 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico para o sector eléctrico, isto é, liberaliza a produção de energia e outorga à EMAE o Monopólio natural de Transporte, Distribuição e Comercialização de electricidade;
 - AGER emitiu a Resolução para EMAE implementar a "Provedoria dos Clientes", que é uma medida em forma de solucionar os conflitos entre os Clientes e à EMAE; Outrossim AGER, elaborou os indicadores de qualidade de prestação de serviço, modelo do livro de Reclamação, assim como o inquérito para apurar o grau de satisfação do cliente e por outro lado, implementar melhoria na qualidade de prestação de serviço. Concernente a esta resolução, ficou assente a ideia que a EMAE terá que enviar para AGER Trimestralmente o Relatório do Indicador de Qualidade de prestação de serviço, de forma a entidade reguladora, possa analisar com detalhe a evolução do serviço prestado pela empresa.
 - Ainda no âmbito de desenvolvimento do sector eléctrico, está em curso o projecto financiado pelo Banco Mundial e Banco Europeu de Investimento, por um período de três anos, contendo as seguintes componentes:

1. Reabilitação da Central Contador;

2. Reorganização de todo o sistema elétrico do país, passando por:

- Tarifas;
- Regulamentação da lei de base;
- Regulamentação das energias renováveis;
- Plano Director para 20 anos;
- Instalação do sistema de informação;
- Manual de procedimento do sistema energético
- Reforço Institucional da Autoridade Geral de Regulação.

Telecomunicações

1. No que tange ao quadro legal e regulamentar de telecomunicações existe a lei base das telecomunicações (Lei nº3/2004 que define as regras aplicáveis ao estabelecimento, à gestão e à exploração das redes telecomunicações nacionais e o fornecimento dos serviços de telecomunicações). Com base neste lei, a Autoridade Geral de Regulação (AGER) criada através do Decreto Lei nº 14/2005 tem vindo a desenvolver as suas actividades.

Durante o período 2012-2016, foram produzidos vários decretos lei e decretos que têm contribuído para aplicação da lei base, dentre os quais se destacam:

- Decreto Lei nº 19/2012 e define o âmbito do serviço universal de telecomunicações e estabelece o regime de fixação de preços;
- Decreto nº 37/2012 que: i) confere mandato à AGER para organizar o processo de concurso para atribuição de uma 2ª licença para o estabelecimento e a exploração de uma rede de telecomunicações aberta ao público e o fornecimento ao público; ii) Cessão da totalidade ou parte da participação detida pelo Estado no capital social da empresa STP-Cabo e aquisição de capacidade correspondente no Cabo Submarino ACE;
- Decreto nº 18/2012 - Estabelece o Sistema de Controlo e Tarifação de Chamadas Internacionais de Entrada e Saida

- Decreto nº 6/2013 que atribui uma licença de estabelecimento de exploração de mais uma operadora " UNITEL STP S.A.R.L";

1. Quanto à promoção e desenvolvimento da rede de telecomunicações no período de 2012 -2016, destaca-se as seguintes actividades:

- Estabelecimento de uma estação de fibra ótica internacional em 2012;
- Estabelecimento a 2ª operadora de telecomunicações, a UNITEL, com licença global (Serviços fixos, móveis e dados);
- Substituição de uma grande parte da rede via rádio por fibra ótica;
- Construção de dois grandes feixes hertzianos entre a ilha de S. Tomé e e Região Autónoma do Príncipe, pelas operadoras (CST e a UNITEL) o que contribuiu para melhoria e qualidade de serviços de telecomunicação entre as ilhas e o mundo, tendo passado de uma capacidade de 34 Megabites para 300 Megabites.

2. Relativamente à melhoria da cobertura nacional da rede móvel foi :

- Instalação de mais 3 BTS (Estação base de telecomunicações) pela Operadora CST e encontra-se na fase de conclusão a instalação de mais 3 pela Operadora UNITEL dando como resultado, actualmente, existência de uma cobertura nacional acima dos 90%.

3. TV Digital

Quanto ao processo de transição para a televisão digital terrestre, a AGER beneficiou de uma assistência técnica da UIT para a consolidação do mesmo, faltando apenas o Governo nomear a comissão de transição que deverá dar sequência aos trabalhos e obter o financiamento necessário para o projeto. Esta transição deverá conhecer seu término antes de 2020, prazo limite estipulado pela UIT.

4. TIC

No domínio de massificação das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), foram instaladas 9 praças digitais das 30 previstas pelo Governo. Essas praças têm

objectivo de promover a inclusão digital de forma gratuita beneficiando as populações mais desfavorecidas.

5. Sector Postal

No domínio dos correios foi elaborada a proposta de Lei Base Postal e a mesma encontra-se em fase de consulta pública para posteriormente ser submetida à aprovação.

Habitação

No que concerne à habitação foram previstas várias ações de âmbito institucional e construções de habitações em função das tipologias vigentes, de acordo ao meio, e a baixo custo.

Neste sentido, as realizações foram as seguintes:

1. Reforço institucional através de:

- Recrutamento de quadros qualificados
- Elaboração de Maket com modelo de casas T1, T2 e T3 no projecto da arquitectura para o espaço em Almas e gaveto de Guadalupe como consequência da elaboração do contrato com investidores estrangeiros
- Realizadas diversas acções com vista a pressionar os beneficiários de casas do Estado a regularizar os pagamentos das divida em atraso;
- Realização de obras de conservação do edifício sede do IHI;
- Aquisição de equipamentos.

2. No âmbito das construções e reabilitações destacam-se:

No meio urbano

- Na sequência das actividades de construção de blocos de apartamentos no meio urbano, beneficiando os quadros técnicos recém formados que procuram uma habitação condigna e como forma de densificar a população nos diferentes distritos, durante o período 2012-2016, foi Construído um edifício de seis apartamentos do T3 na cidade de Bom Bom beneficiando 6 famílias.

No meio rural

1. Visando a melhoria das condições habitacionais no meio rural, foram:

- Construídas e distribuídas casas nas comunidades rurais, sendo 12 apartamentos na comunidade de Guêguê; 3 na comunidade de Vista Alegre, 3 em Canavial, 6 em Uba Budo-praia; 6 em Santa Catarina; 3 em Benfica e 3 na RAP;
- Reabilitadas 6 casam comboio de 24 compartimentos na comunidade de Praia das Conchas e 2 casas de 21 compartimentos na comunidade de Pinheira.

É de notar que tem havido um esforço no sentido das construções no meio rural conterem WC e cozinha contribuindo para melhorar o saneamento básico e, conseqüentemente a preservação do ambiente e da comunidade.

- **Eixo III - Desenvolvimento de capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos** perspectiva melhorar o ensino e a capacitação dos recursos humanos, através da educação básica e formação profissional como veículo impulsionador de uma melhor abordagem dos cidadãos relativamente as questões de bem-estar (saúde e saneamento do meio) e da produtividade, promover o exercício da cidadania e do respeito mútuo.

Assim sendo, as realizações durante o ciclo incidiram particularmente nos domínios da Educação, Saúde, Água e Saneamento.

Educação

1. De forma a assegurar que 100% das crianças e jovens em idade escolar conclua o ensino básico até 2016, foram realizadas acções para melhoria de acesso, equidade e qualidade no sistema de educação e formação nos seguintes níveis:

Pré-escolar:

A. Em termos normativos e legislativos foram:

- Revisto, actualizado e aplicado a nível nacional o currículo da pré-escolar para a faixa etária de 4 anos. Encontrando-se o currículo para a faixa etária de 5 anos actualmente na fase de teste;
- Elaborada a Lei-quadro da Pré-escolar e submetida para consulta pública.

B. Em termos de infraestruturas foram:

- Construídos mais de 3 jardins de infância nas localidades de Ribeira Peixe e Fernão Dias e Queluz;
- Reabilitada casas de banho do jardim de infância Porcelana, Jardim de infância Morgão e Jardim de infância Páscoa Carvalho.

C. Em termos de melhoria de qualidade, incluindo as crianças com necessidades especiais foram:

- Foram formados 70 professores, 17 inspectores, 25 supervisores e 5 coordenadores de curso de professores e educadores a nível nacional;
- Formados 2.012 educadores em noção básica a nível de informática.

Ensino Básico

A. Em termos normativos e legislativos foram:

- Aprovado o estatuto de carreira docente;
- Aprovado o salário da base para professores na idade de reforma.

B. Em termos de infraestruturas visando alargar a oferta escolar de forma a atingir o rácio de 30 alunos/sala foram:

- Construídas escolas de raiz para ensino básico (1ª à 6ª classe) na zona de Agostinho Neto, Madre de Deus, Porto Alegre e Neves. É de salientar que as escolas de Madre Deus e Porto Alegre foram contempladas com 1 anfiteatro, 1 pólo desportivo, 1 laboratório, 1 biblioteca e 1 sala para reuniões e residência para os professores;

- Construídas mais de duas dezenas de salas de aula em algumas escolas de forma a alargar e melhorar a oferta escolar de 1^a à 6^a classe;
- Reabilitadas as escolas de Diogo Vaz, Morro Peixe e de Santa Catarina para dar cobertura ao ensino básico completo (1^a à 6^a classes).

C. Em termos de melhoria de qualidade do ensino básico foram:

- Realizadas formações de curta e longa duração em vários domínios durante o quinquénio ao pessoal docente e não docente concorrendo para melhoria da qualidade de ensino;
- Capacitados mais de 600 professores do ensino básico

2. Visando desenvolver um ensino secundário de qualidade e promover a formação profissional nos domínios prioritários de desenvolvimento foram realizadas as seguintes acções:

Ensino Secundário

A. Em termos de infraestruturas visando alargar a oferta escolar foram:

- Construída de raiz Escola secundaria Maria Manuela Margarido e de Algés;
- Construídas em Ribeira Afonso 5 salas de aulas e 1 polivalente (anfiteatro);
- Alargou-se o nível de ensino para 9^o ano na Escola de Porta Alegre, 10^o ano nas escolas de Bombom e Desejada, 11^o ano nas Escolas de Guadalupe, Santana, Angolares;
- Implementada 12^a classe nos distritos de Água-Grande, Mé-zochi e Região Autónoma de Príncipe.

B. Relativamente ao reforço da capacidade institucional foram:

- Capacitados recursos humanos, em diferentes domínios tais como: estatística de educação, planeamento organizacional, inspectores de educação, supervisão pedagógica e organização e gestão da sala de aula;
- Realizadas formação de curta duração a todo pessoal docente do Ensino secundário tendo sido promovidos cursos de capacitação dos professores no que concerne ao sistema de avaliação, metodologia de ensino e ética e deontologia profissional.

Ensino especial

A. Visando propiciar as crianças portadoras de necessidades especiais uma educação de qualidade foi:

- Elaborado manual de Língua gestual e do Ensino das crianças com deficiência auditiva;
- Criado o Decreto-lei de Língua Gestual de STP;
- Formados docentes e técnicos em língua gestual no espaço de um ano e meio.

Ensino Superior

A. Em termos de alargamento da oferta escolar foram:

- Cresceu o número de estabelecimento de ensino de formação superior, sendo e um Público (USTP) e dois privados (IUCAI e Lusíadas);
- Criadas 4 áreas de cursos de doutoramento, mestrados em parceria com universidades estrangeiras.

Ensino Técnico profissional

A. Em termos normativos e legislativos :

- Está em curso a elaboração do Quadro Nacional de Qualificação (QNQ) e o Sistema nacional de qualificação;
- Criada uma Direcção do ensino técnico e Profissional que visa gerir e coordenar política e acções técnica e profissional no país.

B. No quadro do reforço de capacidade das instituições de formação profissional foram:

- Apetrechados o Centro de Formação Profissional São Tomé e Príncipe/Brasil e capacitados mais de 10 técnicos desta instituição;
- Criados vários centros de formação profissional no país , existindo actualmente, o Centro de Formação Profissional de Budo- Budo, Centro Politécnico, Centro de Formação Profissional Brasil-São Tomé e Príncipe e o CATAP.

Por exemplo, o Centro de formação profissional de Budo-Budo, anualmente realiza mais de 30 cursos de formação, dentre os quais carpintaria, pedreiro, betão profissionais, pedreiro de alvenaria, mecânica e acabamento e electricidade dando oportunidade aos jovens de aprenderem uma profissão e criarem seu próprio emprego;

- Construída uma incubadora em alguns distritos, nomeadamente no Centro Politécnico (Distrito de Água Grande), Água-Izé (Distrito Cantagalo), Diogo Vaz (Lembá) para o fim de micro-empresa visando promover actividade geradora de rendimento;

Alfabetização e ensino recorrente

A fim de erradicar o analfabetismo de jovens com mais de 15 anos e dos adultos continua com os programas de alfabetização dos jovens e adultos visando reduzir a taxa do analfabetismo em todos os distritos e Região Autónoma de Príncipe.

Saúde

1. A fim de garantir a equidade no acesso e na utilização dos cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário registou-se os seguintes resultados:

A. Em termos de construção, restauração e reabilitação de infra-estruturas hospitalares foram:

- Restarado o hospital Dr. Ayres de Menezes (Banco de Urgência, Bloco Operatório, Maternidade, Instalado a Central de Oxigênio e adquiridos botijas para o armazenamento) e Dr. Manuel Dias da Graça (maternidade e casa mortuária) e o Centro policlínico e a Delegacia de Saúde de Água Grande.
- Reabilitado os postos sanitários de Bombom e Centro de Saúde de Lobata e, em curso, o centro de saúde de Mé-zochi.
- Reabilitadas e apetrechadas 83% das maternidades do país(Maternidade do Centro Hospitalar Dr. Ayres de Menezes, do hospital Dr. Manuel

Quaresma Dias da Graça, da cidade de Porto Alegre, da cidade de Angolares e das Neves);

- Adquiridos duas ambulâncias bem apetrechadas, uma centrífugadora, uma mamografia digital e duas autoclaves.

B. No que concerne a formação e recrutamento do pessoal:

- Foram capacitados mais de 30 prestadores de serviço em cuidados obstétricos e neonatais de urgência, 6 técnicos de laboratório (3 de Cauê e 3 de RAP) para operarem nos bancos de sangue, 30 novas parteiras, 15 anestesistas e 15 instrumentos;
- Cerca de 94,7% de unidades sanitárias do país fornecem 3 métodos contraceptivos modernos;
- Houve aumento de números de médicos no sistema. Entretanto,o país continua com déficit de especialistas nacionais onde a solução vem sendo ultrapassada com recorrência aos médicos estrangeiros nomeadamente portugueses por Cooperação via Saúde para Todos e Taiwaneses e Cubanos por meio da cooperação bilateral;
- Foram recrutados 50 novos enfermeiros.

C. No tange ao desenvolvimento do sector privado de saúde , constata-se:

- um aumento de clínicas privadas destacando o surgimento de Só Saúde, Dentária, Só Físico, Clínica André Vicente Almeida, Medi Clinic e Clinica de Stº António.
- surgimento de farmácias privadas, existindo actualmente cerca de 13 farmácias privadas das quais se destacam Ponta D`Ouro, Instituto Marques Vale Flor, Pantufo, Fruta-Fruta, Água Serra, Riboque e São Gabriel,....;

Água

Visando melhorar e ampliar o sistema de abastecimento de água foram obtidos os seguintes resultados:

1. No que concerne ao reforço institucional foram:

- Elaborado o Plano Director de Água;
- Elaborado o inventário de água nas comunidades rurais;
- Revista a proposta de Lei das Águas encontrando-se atualmente na fase de discussão para posteriormente ser submetido a aprovação.

2. Promover a utilização racional dos recursos hídricos foram:

- Realizado um projecto piloto de gestão integrada dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Prováz – Distrito de Lembá;
- Realizadas campanhas sensibilização pelas instituições responsáveis pelo sector junto os consumidores e escolas (EMAE, Direcção de Recursos Naturais, ONGs e outros) visando a utilização racional dos recursos hídricos.

2. Reabilitar as redes de abastecimento, transporte e distribuição de água:

- Foram realizadas três grandes projectos sendo Projecto de abastecimento de água de Obolongo (abrangendo quase todos os distritos de Mé-zochi destacando Milagrosa, Cruzeiro, Almas, Pão Sabão, dentro outras), Projecto Rio de Ouro que abrange grande parte do distrito de Lobata e zona norte da cidade capital e o Projecto de abastimento de Água de Neves a partir do rio Lembá;
- Teve início o projecto Ribeira Afonso em 2016 com previsão de conclusão em 2017.

Saneamento

1. No que tange a melhoria de acesso ao saneamento básico: foram realizadas campanhas de sensibilização a favor de hábitos e estilos de vida saudáveis pela Direcção Geral de Recursos Naturais, ONGs, através da comunicação social, palestras, dramatizações à nível nacional.

- Particularmente na Região Autónoma do Príncipe as campanhas são acompanhadas de colocação de Ecopontos com intuito de fazer separação de resíduos por categoria visando a reciclagem dos mesmos;
- Foram construídas latrinas melhoradas em diferentes distritos do país

- Uma experiência piloto foi realizada no Distrito de Lembá (cidade de Neves) sobre instalação de sanitários ecológicos visando o seu o aproveitamento na agricultura;
- Foram instaladas eco-jójs na cidade de Neves, Santana e São Fenícia.

Eixo IV - Reforço da coesão e protecção social pretende-se com as intervenções neste eixo melhorar as condições de vida da população através de programas de apoio à integração social, particularmente dos grupos mais vulneráveis, apoiar as vítimas de desastres e catástrofes naturais e prestar assistência aos idosos carenciados e garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Neste quadro as intervenções no eixo centram-se nos domínios da preservação e valorização da identidade cultura nacional; igualdade e equidade de género; promoção da juventude e desporto; desenvolvimento do sistema de protecção social.

Preservação e valorização da identidade cultural

Visando promover a identidade são-tomense, valorizar e preservar o património de cultural nacional foram obtidos os seguintes resultados:

1. Em termos de preservação:
 - Realizado o inventário do património cultural e imaterial santomense e criado o comité nacional de preservação desse mesmo património;
 - Construído o depósito documental para conservar e preservar os arquivos no Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe.
2. Em termos de valorização e preservação da memória histórica e cultural:
 - Construída e erguido o busto Francisco Silva, na cidade de Santana, em memória da sua trajetória histórica;

- Valorizada a memória histórica da cultura são-tomense através de construção e reabilitação de monumentos (memorial de Batepá, Fernão dias e Museu Nacional).
- De forma a aproveitar as potencialidades da nossa flora para o desenvolvimento e promover uma melhor articulação entre a medicina tradicional e científica foram criadas parcerias entre a medicina tradicional e Científica através de atribuição de credências à associação dos médicos tradicionais oficializando dessa forma a participação desta classe nas actividades de medicina.

3. Relativamente a promoção das manifestações culturais foram:

- Reforçada a capacidade institucional da Direcção da Cultura em termos de quadros técnicos com formação na área;
- Reativada alguns grupos culturais;
- Criado grupo da dança quiná júnior;
- Criados grupos culturais (homens e mulheres da cultura) mas suficientemente apoiada por falta de recursos;
- Criada a associação dos músicos são-tomenses (ASOMUSICOS);
- Realizado festival Gravana, com participação dos grupos culturais, através das danças, músicas e peças teatrais para valorização da cultura nacional;
- Criado o Centro de Estudos de Ciência Sociais através do Decreto nº 33/2011 cuja a implementação começou em 2012 com vista a promover a investigação e desta forma melhorar conhecimento sobre a realidade social, cultural e histórica.

Género

Visando promover a igualdade entre homens e mulheres e diminuir a marginalização das mulheres no processo de desenvolvimento, obteve-se alguns resultados:

1. Em termos de melhoria do acesso das mulheres aos postos de decisão foram:
 - Reforçada as capacidades dos pontos focais sectoriais e sociedade civil para integração das questões de género no processo de planificação do desenvolvimento bem como nas politicas, Estratégias, Planos e Orçamentos (sendo 10 instituições governamentais, 12 organizações da sociedade civil);
 - Reforçada a parceria para a realização de acções de advocacia sobre promoção da igualdade e equidade de género de forma a aumentar o número das mulheres no Governo, no Parlamento, na comunicação social, nas organizações da Sociedade Civil, Líderes juvenis e associações profissionais que teve como resultado 30 sessões de advocacias realizadas;
 - Revistas segundo a metodologia e instrumentos de análise de integração do género) 7 documentos de medidas de politica dentre os quais: Estratégia Nacional para Igualdade e Equidade de Género; Estratégia Nacional de Combate à Violência Baseada em Género; Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (ENRP II); Carta de Política Educativa, Carta de Política Agrícola; Estratégia Participativa para Água e Saneamento e a Estratégia Nacional de Protecção Social;
 - Elaborada a Estratégia de Educação baseada em género com objectivo de melhorar o acesso das raparigas aos diferentes níveis de ensino;
 - Produzidos 8 materiais de formação em vários domínios para sessões de formação, formados 36 instituições governamentais e sociedade civil, 195 formandos no domínio sobre técnica de integração de género nas politicas;

2. No que tange à mudança de comportamento foram realizadas acções de sensibilização:
 - Nas escolas secundárias, Liceu Nacional e Liceu na Trindade, e distribuídos matérias de Comunicação para mudança de Comportamento (folheto desdobráveis sobre gravidez precoce, violência doméstica e laço branco);

- Nas escolas, nas comunidades diversos temas dentre os quais sobre a participação de raparigas e rapazes em todas as tarefas domésticas promovendo assim a igualdade e equidade de género.
3. No que concerne à promoção de acções para eliminação de todas as formas de violência foram realizadas:
- Capacitados 250 elementos dentre os quais policias, lideres comunitários, associações juvenis e profissionais de saúde;
 - Criado Gabinete de Violência Baseado em Género nos distritos de Lembá, Cauê, Cantagalo e Agua Grande
 - Apetrechado o Centro de Violência Doméstica com materiais informáticos e meio transporte;
 - Implementado a Rede Vida e a Rede de Prevenção e Atendimento de Violência Baseada em Género;
 - Produzidos materiais de IEC (cartazes, camisolas, esferográficas, pulseiras, etc);
 - Realizada acções de sensibilização sobre a promoção dos direitos sexuais livres e autónomos;
 - Realizadas campanhas de sensibilização aos operadores de bares, discotecas e casas noturnas sobre a questão de profissionais de sexo (PS) com objectivo de melhorar o tratamento por parte desses agentes em relação as PS;
 - Realizado seminário de formação para produção de indicadores de VGB;
 - Elaborado um botim de recolha de dados comuns para todos os membros da Rede Vida.

Juventude

Visando promover a integração social e profissional dos jovens:

- Foi elaborada a Lei de Regime Jurídico do Associativismo Juvenil e submetida para aprovação bem como a ratificação da Carta Africana da Juventude;
- Encontra-se em processo de revisão a Estratégia Nacional da Juventude pela segunda vez para aprovação.

Protecção social

Visando promover a iniciativa de protecção dos grupos sociais mais vulneráveis ou desfavorecidos foram:

- Adoptada e em processo de implementação a Política e Estratégia Nacional de Protecção Social;
- Elaborado o Plano Operacional de referida de Estratégia.

IV. Mecanismo de Implementação, Seguimento e Avaliação

Devido ao disfuncionamento registado na implementação do mecanismo criado pelo Decreto-lei nº 32/2005 para a ENRP I, realçado no relatório de avaliação do mesmo documento em 2010, na ENRP II foi proposto a revisão do mesmo decreto de forma a introduzir-se melhorias no funcionamento do Mecanismo de Seguimento e Avaliação e consequentemente melhorar a eficácia na implementação das acções previstas e por conseguinte atingir os resultados programados com a ENRP II.

Neste contexto, foi revisto o Decreto nº 32/2005, e uma nova proposta foi elaborado introduzindo figura de pontos focais sectoriais, regional e distritais, cuja missão seria seguir a implementação dos programas, medidas as acções que concorrem para realização da ENRP II e produzir relatórios de progresso com informações que seriam analisados em outras instancias do mecanismo e desta feita permitir corrigir os desvios e melhorar os resultados.

No entanto, fruto de reformas em curso no sistema de Planeamento Nacional, foi instituído a DGP através do decreto-lei nº 26/2012, ficando assim dissolvido o Observatorio de Redução da Pobreza como órgão facilitador de Decreto nº 32/2005 no Mecanismo e criado em substituição a Direcção de Monitoria e Avaliação de Políticas Públicas (DMAPP).

A DMAPP é um órgão da DGP cuja missão é seguir, avaliar e produzir o relatório de implementação de políticas públicas (GOP e ENRP). Pese embora ter-se criado a DMAPP as reformas estão em curso, de forma a instituir-se as direcções sectoriais que devem ser interlocutores do DGP na Planificação e produção de informações para seguimento e avaliação.

Como consequência do processo de reforma em curso, durante o período em estudo, os relatórios de ENRP II foram produzidos segundo as condições existentes ou seja com a ausência de um mecanismo de coordenação como inicialmente tinha sido previsto. Perspectiva-se melhorias com a instalação completa do novo Sistema Nacional de Planeamento que inclui a Coordenação Nacional e criação de gabinetes sectoriais de

planeamento, como estruturas interlocutoras da DGP nos domínios de planeamento, seguimento e avaliação.

V. Conclusões

A análise do balanço de implementação da ENRP II no decorrer no período 2012-2016 realça as seguintes constatações:

1. Houve um esforço do Governo em implementar os programas e as medidas previstas nos diferentes domínios que concorrem para a execução da ENRP II como se pode observar no capítulo nº 3;
2. Os resultados obtidos são tímidos em todos os eixos sobretudo no **Eixo II** de crescimento económico, como pode ser demonstrado com a taxa de crescimento no período 2012-2016, que ficou em torno de 4% , sendo inferior ao nível de referência (5%) em 2012 e inferior a meta estabelecida de 6%;
No entanto, os resultados no eixo III, particularmente, nos sectores de educação e saúde como reflectidos nos indicadores do OMD encoraja-nos a prosseguir com os esforços de forma a melhorar e consolidar os resultados;
3. Ficaram por realizar medidas importantes em todos os eixos como se pode observar no anexo nº1. Esta fraca implementação nos eixos prendem-se principalmente com factores associados à: i) insuficiência de recursos financeiros internos e externos; ii) fraca garantia de financiamento por parte dos doadores; iii) fraca capacidade dos recursos humanos; iv) fraca apropriação da ENRP II; v) fraca cultura de circulação de informação inter e intra sectorial;
4. Relativamente ao Seguimento e Avaliação da implementação podemos afirmar que não houve implementação da ENRP II de uma forma sistematizada que permitisse fazer um seguimento físico e financeiro

coerente, o que afectou negativamente a qualidade dos relatórios de progresso produzidos durante o período e conseqüentemente o balanço.

VI. Anexo

**Anexo I: Medidas da ENRP II que não tiveram realização
(2012 -2016)**

ANEXO Nº 1: Medidas da ENRP II que não tiveram realização (2012 -2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				
1. Adequar e modernizar o aparelho de estado às necessidades e aos recursos do país	7.1.1. Reestruturação e Modernização das Instituições do Estado e da Administração Pública	1. Melhorar o desempenho dos serviços da administração pública	1. Criar um conselho nacional e um gabinete técnico pluridisciplinar para a reforma do estado	Não realizada
		2. Aprofundar a descentralização e desconcentração das instituições Públicas	4. Desburocratizar os serviços e simplificar os procedimentos	Não realizada
			5. Racionalizar os recursos e elevar a produtividade e a eficiência do trabalho	Não realizada
			6. Introduzir sistemas de avaliação dos serviços públicos	Não realizada
	7.1.2 Promoção da governação	1. Reforçar e melhorar a capacidade de intervenção das instituições do poder local	1- Promover iniciativas de revisão da divisão política administrativa	Não realizada
7.1.3 Promoção da Defesa Nacional	Preservar a integridade territorial e lutar contra a insegurança e criminalidade transfronteiriço e a proliferação de armas ligeiras	Expansão da área e vigilância e controlo do mar, visando a protecção de recursos e operações de salvamento no mar	N.D	
			1 - Criar um Fundo Nacional para a formação do pessoal dos	Não realizada

ANEXO N° 1: Medidas da ENRP II que não tiveram realização (2012 -2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				
	7.1.7. Capacitação contínua dos Recursos Humanos da Administração Pública	1. Formar e capacitar todos servidores da Administração Pública	quadros da função pública.	
			2- Criar uma unidade central responsável pela Formação dos funcionários públicos	Não realizada
			2- Elaborar um programa nacional de capacitação dos funcionários públicos	N. D
			5- Promover a reconversão profissional do pessoal excedentário	N.D
			6- Introduzir sistemas de avaliação dos funcionários públicos com base em objectivos concretos e mérito	Não realizada
			8- Elaborar estudos, tendo em vista a alteração do actual horário de trabalho da função pública	N.D
			9- Proceder a revisão do sistema de remuneração na administração pública	N.D
		1. Melhorar os mecanismos de mobilização e gestão de recursos externos	1- Melhorar os mecanismos de mobilização e gestão de recursos externos	Não realizada

ANEXO N° 1: Medidas da ENRP II que não tiveram realização (2012 -2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				
3. Garantir e eficiência e a qualidade da prestação dos serviços da administração pública	7.2.2. Melhoria da eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento	3. Melhoria global da coordenação dos doadores	3-Reforçar a articulação entre o Gabinete de Coordenação e Gestão de Ajudas, Direcção de Cooperação Internacional, Direcção Geral de Planeamento, Direcção de Orçamento e Tesouro, para uma melhor coordenação na programação, implementação, mobilização e controlo dos recursos externos	Não realizada

ANEXO N° 1: Medidas da ENRP II que não tiveram realização (2012 -2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Política de Boa Governação				

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
1. Promover o desenvolvimento do sector primário como fator de aumento da produção nacional, da criação de emprego e do relançamento do sector económico	8.1.1. Fomento da produção e produtividade das culturas de exportação	1. Aumentar a produção e diversificação de culturas alimentares e de subsistência para o consumo interno e a garantia da segurança alimentar e nutricional das populações, bem como a diversificação e promoção das culturas de exportações, de modo a aumentar o rendimento nacional e reduzir a dependência externa. E ainda, fomentar a transformação, conservação e comercialização de produtos agrícolas	10- Promover uma política de microcrédito ao sector agrícola	Não realizada
	8.1.2. Aumento e melhoria da qualidade de produção animal	1. Contribuir para aumentar significativamente a produção e a produtividade dos efeitos pecuário, e consequentemente melhorar a dieta alimentar como	2- Integrar a atividade pecuária na diversificação da produção agrícola	N.D
			9- Regular a prática da atividade pecuária a nível nacional	N.D
			11. Promover uma política de microcrédito para o sector pecuário	N.D

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.1.5. Garantia de Segurança alimentar	1. Aumentar o volume de produção agrícola através da melhoria da produtividade e da diversificação animal da produção melhorar o estado nutricional e alimentar das populações conservação, de transformação e de distribuição	3- Apoiar à organização regular de Educação Nutricional a nível comunitário	N.D
	8.2.1. Promoção do sector Privado com opção viável para o desenvolvimento da economia nacional		8- Rever o código de trabalho para a flexibilização do mercado de trabalho	N.D
2. Travar o êxodo rural e melhorar as condições socioeconómicas	8.2.2. Valorização do turismo e actividade conexas	3. Aumentar para mais de 15.000 números de turistas anuais no país, mediante a estruturação e diversificação	3- Promover a formação na área do Turismo (criação de Hotel Escola)	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
das populações do mundo rural			7- Implementar serviços de estatística de turismo e da conta satélite do turismo	Não realizada
	8.2.3. Inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral	2. Melhorar os aspectos de gestão do comércio exterior	4- Promover parcerias internacionais no sector do comércio e apostar na adesão aos instrumentos regionais e internacionais de facilitação do comércio	Não realizada
3- Desenvolver a infraestruturas de base de apoio ao desenvolvimento económico	8.2.5. Programa Nacional de Apoio a Micro-Finanças		1- Apoiar as intervenções orientadas para a criação de instituições financeiras perenes, a fim de assegurar de forma durável o acesso das populações aos serviços financeiros	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
		1. Favorecer o acesso das famílias pobres ou de baixo rendimento, micro e pequenos empreendedores aos serviços micro financeiros de forma sustentável, com a criação de instituições viáveis e integradas no mercado financeiro nacional	2- Assegurar a coerência das intervenções de micro finanças, identificando as complementaridades e as articulações possíveis	Não realizada
			3- Facilitar a adopção e aplicação de princípios de um código de deontologia sobre as boas práticas micro financeiras	Não realizada
			4- Elaborar e implementar um quadro legal e regulamentar adaptado	Não realizada
			5- Facilitar a implementação de uma política nacional de micro finanças	Não realizada
			6- Criar um fundo de apoio a micro finanças	Não realizada
			7- Criar um quadro institucional para a implementação de micro finanças	Não realizada
			8. Criar mecanismo para a implementação de um programa	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			nacional de micro-finanças	
			9- Criar um gabinete de micro-finanças	Não realizada
	8.3.1. Infraestrutura de transporte rodoviário	1. Melhorar as condições operacionais de estradas, contribuindo para a redução de custos de transporte e promovendo a economia local	1- Reorganizar a rede de transportes públicos	Não realizada
4- Melhorar o ambiente de negócios para atrair o investimento privado	8.3.2. Infraestruturas de transporte marítimo		1- Reforçar a capacidade técnica e operacional do Porto de Ana Chaves em S.Tomé	ND
			2- Construir um novo porto na Região Autónoma de Príncipe	Não realizada
			3- Elaborar um estudo para o desenvolvimento da cabotagem costeira	ND
			4- Construir um porto de água profunda	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.3.3. Modernização e Expansão Aeroportuária	1. Tornar o aeroporto de São Tomé e Príncipe mais eficiente e adequar as infraestruturas as exigências de desenvolvimento nacional e regional	2- Estender as pistas e alargar as placas de estacionamento (taxyway)	Não realizada
		2. Melhorar a qualidade dos serviços aos utentes	6- Dotar o Instituto de Aviação Civil (INAC) de legislações modernas e adequados	N.D
			8- Atrair outras companhias aéreas e prestar serviços no país	N.D
	8.4.1. Provisão de energia fiável e de baixo custo	2. Aumentar o acesso em quantidade e qualidade da energia da rede nacional, de forma a dar resposta a solicitação dos consumidores	5- Reabilitar e criar condições de segurança da rede	N.D
			6- Organizar e regulamentar o mercado energético	Não realizada
			8- Implicação do sector privado na produção de eletricidade	N.D

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.4.2. Promoção e desenvolvimento da rede Telecomunicações		1- Desenvolver os serviços universais, com particular incidência nos serviços telefónicos de base nas regiões rurais	N. D
			2- Definir um quadro legal e regulamentar sectorial que assegura a promoção dos investimentos no sector e clarifica os objectivos específicos do Estado e dos operadores das redes e serviços	N. D
	8.4.3. Ordenamento do território e Urbanismo		1- Elaborar um Plano Nacional de Ordenamento do Território	Não realizada
			2- Criar um sistema de Informação Geográfica (SIG)	N.D
			3- Dar continuidade ao projeto ESPERG-IPAD- Formação e actualização da cartografia nacional	N.D
			4- Proceder os levantamentos topográficos em áreas de expansão e conceber e elaborar um plano integrado para relacionar atividades de uso e ocupação de solo, como	N.D

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			área de serviço, de residência, lazer, parques nacional, escolas, hospitais, shopping, etc.	
			5- Atualizar as Planta Topográficas das Cidades para implantação de infraestruturas sociais de apoio autárquicas	N.D
			6- Elaborar as Leis de base do Ordenamento de território, do cadastro e da cartografia	N.D
			7- Elaborar planos urbanísticos em articulação com o Governo Regional e com as Câmaras Distritais	N.D
			8- Promover a capacitação técnico-profissional dos quadros dos serviços geográficos e cadastrais e das autarquias locais	N.D

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.4.4. Construção de habitação a custo controlado		2. Criar um comité "ad hoc" multissetorial, integrando membros do IHI, Finanças, Autarquias locais e cooperação no sentido de ser mais atuante junto dos parceiros de cooperação com vista a obtenção de meios matérias e financeiros	Não realizada
			3. Criar brigadas de autoconstrução ou cooperativas de construção em todos os Distritos do País com vista a redução de custo tendo em conta o cariz social que lhes caracterizam envolvendo à comunidade ou a família, construindo à sua própria casa	Não realizada
			4. Atualizar todo o processo de registo matricial dos imóveis do Estado e adoptar medidas coercivas de cobrança ou a banca	N.D
	8.4.4. Construção de		5. Criar um fundo de fomento de habitação devidamente estruturado e vocacionado para a habitação social, com arrecadação de receitas	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
4. Garantir a sustentabilidade ambiental	habitação a custo controlado		através dos imóveis	
			6. Incentivar e apoiar as empresas privadas ou de iniciativas particulares que queiram ou que apostam no mercado Imobiliário	Não realizada
			7. Criar novos bairros baseado em projectos integrados tais como casas socias, zonas de lazer, escolas, comércio postos de saúde etc.	Não realizada
			9. Estabelecer prioridade de investimento habitacional para grupos de mais baixa renda e em situação de maior carência (grandes agregados familiares e ter em conta as perspectivas de género e respeitar os princípios que tratem de forma adequada os deficientes de qualquer natureza	N.D
			10. Elaborar uma lei de base do fomento habitacional	N.D
			12. Incentivar e apoiar as empresas privadas ou de iniciativas particulares que queiram o que apostam no mercado imobiliário	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.5. Integração das questões relativas a alterações climáticas nas políticas do país		7. Elaboração urgente de um Guia sobre a integração das questões de mudanças climáticas nos instrumentos de políticas de desenvolvimentos, bem como a sua aplicação	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
Assegurar que 100% das crianças e jovens em idade escolar conclua o ensino básico até 2016	9.1.1. Educação Pré-Escolar	2. Garantir que, pelo menos X% das crianças de 0-2 anos e Y% de 3-5 anos sejam acolhidas nos jardins ou creches, no horizonte 2016	4- Regulamentar as actividades de todo o pessoal docente e não docente	Não realizada
	9.1.2. Ensino Básico	4. Atingir o rácio de 30 alunos/sala	5- Actualizar do quadro legislativo	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
2. Desenvolver uma educação de qualidade e promover a formação profissional nos domínios prioritários de desenvolvimento	9.1.3. Ensino Secundário	2. Proceder à reforma curricular e pedagógica que proporcione entre outros, um alto coeficiente de eficiência educativa, um custo unitário de formação optimal e um lugar de destaque ao ensino profissionalizante	2- Actualizar o quadro legislativo	Não realizada
	9.1.4. Ensino Especial	1. Propiciar às crianças portadoras de necessidades especiais uma educação de qualidade, através da garantia de um corpo docente especializado em NEE e disponibilização de infraestruturas adaptadas	2. Rever e actualizar a Estratégia e currículo	Não realizada
			3. Alargar o acesso às capitais dos distritos	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
	9.1.5. Ensino Superior	2. Implementar uma política de planificação estratégica de médio e longo- prazos da formação superior com vista a responder às necessidades de competências especializadas para o mercado de trabalho de São Tomé e Príncipe	1. Alargar a oferta formativa em diversos domínios de modo a atender a atual demanda	Não realizada
		3. Reforçar as capacidades institucionais da Direcção do Ensino Superior e formação		N. D
	9.1.7. Ensino recorrente/alfabetização	2. Reforçar as capacidades institucionais da DEJA, permitindo-lhe o cabal desempenho da sua missão	2- Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as actividades geradores de rendimentos e inserir no mercado de emprego	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
3. Garantir até 2016 que 100% da população tenham acesso aos serviços básicos de saúde e de qualidade	9.2.1. Equidade no acesso e na utilidade de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário		1. Construir novos hospitais a fim de reduzir o tempo de deslocação dos doentes/utentes aos hospitais	Não realizada
	9.2.2. Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água	3. Adopção de uma estratégia de coordenação e programação no sector de água e saneamento	3- Construir barragem e represas nas zonas agrícolas de maior escassez de água	Não realizada
		4. Promover a utilização racional dos serviços dos recursos hídricos	4- Consolidar os estudos das bacias hidrográficas bem como das potencialidades de São Tomé e Príncipe	Não realizada
		5- Melhorar o aparelho institucional, humano e técnico do sector	8- Aprovar um código de água	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
	9.2.3. Melhoria de acesso ao saneamento básico		1- Inventariar devidamente todas as áreas pantanosas de STP de modo a permitir a definição de uma política coerente sobre as mesma	Não realizada
			2- Reabilitar as antigas redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes	Não realizada
			5- Promover políticas de construção de moradias com casa de banho em meios urbanos	Não Realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecção Social				
1. Promover a identidade Santomense e valorizar o património cultural nacional	10.1.1. Valorização e preservação da identidade histórico-cultural de STP	15. Valorizar e preservar a arquitetura colonial mormente nas roças, dados ao seu avanço estado de degradação	3. Registrar a história geral de S.T.P	Não realizada
			5. Definir políticas de apoio e promoção de géneros musicais que identificam S.T.P.	Não realizada
			8. Resgatar os valores ético-morais através do reforço da identidade cultural nacional	Não realizada
			15. Valorizar e preservar a arquitetura colonial mormente nas roças, dados ao seu avanço estado de degradação	Não realizada

ANEXO Nº1: MEDIDAS DA ENRP II QUE NÃO TIVERAM REALIZAÇÃO (2012-2016)

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecção Social				
3. Promover a iniciativa de protecção eficaz aos grupos sociais vulneráveis ou desfavorecidos através de política de apoio e de inserção social	10.2.1. Desenvolvimento do sistema de protecção social	3. Desenvolver uma Estratégia Nacional de Protecção Social que une todos os programas num quadro conceitual e servirá com guia para o desenvolvimento de um sistema de protecção social eficiente e eficaz	3. Elaborar um plano de advocacia para conquistar o espaço fiscal para o financiamento do Plano Operacional	N. D
		4. Melhorar a capacidade institucional de intervenção no domínio da protecção social	4. Elaborar um plano de desenvolvimento do pessoal do serviço público na área de social	N.D